

# E assim continua o chove-e-não-molha no problema da dívida

Herbert Levy (\*)

Achando-se vivamente em foco o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento, era natural que o novo presidente dos EUA, George Bush, cujos bancos comerciais são, por larga margem, os maiores credores dessa dívida, fizesse um pronunciamento a respeito.

Ele o fez, mas da forma menos indicada, revelando ignorância sobre assunto de tão marcante importância na atualidade mundial. Disse que o problema da dívida reclamava um equacionamento a curto prazo. E lembrou que se deveria revitalizar o Plano Baker sobre o assunto. Prestigiu com isso o ex-secretário do Tesouro de Reagan, escolhido para chefe da campanha eleitoral de Bush e por este guindado, após eleito, a ministro do Exterior, a pasta mais importante do governo.

Ora, o Plano Baker está morto e enterrado por absoluta falta de realismo. Ao mesmo tempo que pretendia salvar da falência o sistema bancário americano, o que é lógico, mantendo sem maiores alterações o serviço da dívida (muito acima da possibilidade dos devedores, como os fatos demonstram amplamente), pretendia assegurar o desenvolvimento econômico das nações devedoras, quase todas atravessando um período crítico. Para isso, os bancos emprestariam mais US\$ 25 bilhões no espaço de poucos anos e, recebendo os juros da dívida, não precisavam levá-la a prejuízo no balanço (non performing loans). O plano obrigava os credores a pôr dinheiro bom sobre ruim, coisa que banqueiro algum faz, aumentando uma responsabilidade que já lhes está dando fortes dores de cabeça. Basta dizer que os títulos da dívida externa de países como o Brasil estão cotados e são negociados comumente no mercado financeiro (secundário) com mais de 50% de desconto.

Por isso o Plano Baker, verdadeira troca de cebolas mas com efeito negativo para os bancos, nunca saiu do papel. Assim, quando o presidente Bush se refere a ele como solução, homenageando um amigo e dedicado companheiro, dá na verdade uma demonstração de que está por fora



dos fatos. O curioso é que o nosso presidente e outros membros do governo aplaudiram a manifestação de Bush.

E assim continua esse chove-e-não-molha no problema da dívida. Presidentes latino-americanos reúnem-se para proclamar a impossibilidade de manter os pagamentos de juros sem sacrificar o desenvolvimento, comprometendo programas sociais e estimulando a instabilidade política interna. O nosso presidente, demonstrando suas qualidades literárias, proclama que a "dívida externa brasileira é impagável", deixando-nos na dúvida se o grave problema é para rir ou para chorar...

Pois bem, quase paralelamente a essas demonstrações todas, os ministros da área econômica do governo acertam com os credores o acordo de manutenção plena dos serviços da dívida!

Nesse quadro, são bem-vindas as manifestações realistas de pessoas autorizadas, como o professor americano Sachs, de Harvard, que reputa inadiável seja sancionado um perdão para boa parte dessa dívida. Ou como o primeiro-ministro espanhol, Felipe Gonzalez, que propõe a redução imediata de 30% dessa dívida.

E uma proposta para se discutir. Porque não se compreende que nos mercados financeiros, que costumam refletir a realidade, títulos brasileiros e de outros países devedores sejam vendidos pelos seus portadores com mais de 50% de deságio e esse benefício fique para os especuladores, empresas ou indivíduos, ao passo que os grandes interessados, os devedores, ficam à margem de qualquer benefício. Ou que, como no caso brasileiro, renovem e reforcem o pagamento integral dos juros, com ônus insuportável para o Brasil. E isso apesar de o presidente Sarney declarar que "a dívida é impagável"!

Nessa altura dos acontecimentos, o chanceler James Baker, chamado à fala por Bush, em entrevista coletiva disse que o problema deveria ser conduzido pelo próprio Departamento do Tesouro dos EUA, o que significa que este teria de pagar uma parte da conta para proteger os bancos. Mas logo na hora em que o governo Bush, em início de gestão, enfrenta o problema de como contornar um grande déficit orçamentário sem aumentar impos-

tos, conforme compromisso que assumiu durante a campanha eleitoral. E a discussão está acesa no momento, com partidários de Bush e até membros do governo achando que não se poderá evitar um aumento de impostos, ainda que seletivo, diante do vultoso do déficit.

Pois bem. Nesta altura dos acontecimentos a Gazeta Mercantil registra, na primeira página, em correspondência de Caracas assinada por Cláudio Kuck, o seguinte: "Representando os Estados Unidos está em Caracas o vice-presidente Dan Quayle, que, ao chegar, informou que o governo George Bush considera "inaceitável qualquer proposta de perdão da dívida que resulte em mais impostos para o contribuinte e n o r t e - a m e r i c a n o". Informou ainda que Washington repudia qualquer tentativa de formação de "clube de devedores".

Quem quiser que entenda. Porque está claro que o homem forte do governo Bush, o chanceler James Baker, está sendo desmentido pelo vice-presidente, que reflete necessariamente o pensamento do presidente.

Por outro lado, que governo democrático é esse que se instala nos EUA e que repudia qualquer tentativa de formação de "clube de devedores", metendo-se na vida de governos independentes, esquecido de que os credores têm o seu comitê ou clube, exatamente para melhor de-

fender os seus interesses. Para isso, os opositores devem manter-se divididos...

Estamos diante de uma dose excessiva de incompetência, irrealismo e incoerência.

Seja-me permitido repetir, pela enésima vez, o que afirmei, sob aplausos, em palestra proferida em Washington a um auditório de altíssimo nível, convocado pelo Institute of International Economics, dirigido pelo acadêmico economista Fred Bergsten, e que no dia 31 de outubro de 1984 foi publicada em separata pela Gazeta Mercantil: do total de US\$ 92 bilhões da dívida brasileira, US\$ 50 bilhões foram impostos de fora para dentro e são injustos. Porque:

I — Para cobrir seus déficits orçamentários, o Tesouro americano foi adquirindo atabalhoadamente todos os dólares disponíveis nos bancos, elevando as taxas, que estavam abaixo de 7% devido à abundância de petrodólares, para 20,45%. Isso representou um acréscimo de US\$ 20 bilhões em nossas dívidas. Falei pessoalmente com Bush e, depois, com o presidente Reagan, que levou a sério o assunto, porque o Tesouro passou a agir mais controladamente e dez meses depois a taxa baixou de 20,45 para 12%.

II — Os países produtores de petróleo queixavam-se, com razão, de que as "sete irmãs", que controlam o comércio mundial desse produto, os estavam explorando, pois em 1971 o preço era de US\$ 1,77 por

barril e em 1973, de US\$ 2,77 por barril. Mas em 1975 esse preço já havia subido para US\$ 10,40 por barril e, portanto, atendidas com folga as suas reivindicações. Mas os produtores, organizados em cartel na OPEP, pegaram os freios nos dentes e foram puxando os preços até US\$ 38 o barril, quase levando a um colapso a economia do mundo livre.

Estavam, como costumamos dizer, serrando o galho em que se dependuravam porque a ruína da economia livre os atingiria irremediavelmente. Pois bem. Em 1944, antes do término da II Guerra, as democracias reuniram-se em Bretton Woods, nos EUA, e criaram cinco organismos para dar ordem à economia mundial no pós-guerra: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano, Banco de Reparações de Genebra e Conselho Econômico e Social da ONU. O princípio básico de ação desses organismos era impedir que uma nação, com práticas de cartel ou manipulações cambiais, prejudicasse outra. Ora, nada mais grave do que treze nações, organizadas em cartel, prejudicarem fortemente 150 outras nações.

O Brasil teve um acréscimo de US\$ 30 bilhões em sua dívida, diante da inexplicável omissão desses organismos internacionais e dos governos de países desenvolvidos por detrás deles. Essa responsabilidade é desses organismos e des-

ses governos e, numa mesa de negociações, o Brasil e outros devedores importadores de petróleo deveriam pleitear uma distribuição dessas responsabilidades.

Acrescentei para o auditório que me ouvia, que "não estava chorando sobre o leite derramado", pois em 1975 o meu jornal propusera ao Wall Street Journal, dos EUA, e ao Financial Times, da Inglaterra, a promoção de um seminário internacional para alertar sobre o que iria acontecer.

Os dois jornais, convidados, não aceitaram, naturalmente por não desejarem ombrear-se com um órgão de país subdesenvolvido...

Isso tudo expus minuciosamente ao presidente Sarney, que se entusiasmou e pediu-me para entender-me com o ministro Dornelles. Conversei amplamente com este, depois com o ministro Dilson Funaro, meu amigo, e, finalmente, com o ministro Bresser Pereira. Todos mostraram-se impressionados com os argumentos que poderíamos levantar para um entendimento justo. Mas nada, absolutamente nada, foi feito e fomos a moratória unilateral, certamente nada útil para a defesa dos nossos interesses.

E, assim, continua o chove-e-não-molha em assunto de importância capital para o Brasil.

(\*) Presidente do conselho de administração e diretor responsável da Gazeta Mercantil.